

EDUCATION AND AFRICANITIES: FOR THE RIGHT TO HISTORY AND AFRO-DESCENDANT MEMORY

Rosinalda Olaséni Corrêa Silva Simoni¹

Abstract: The article presents reflections based on research and disciplines taught in the years 2005-2022 within the scope of several training programs in which I worked as a teacher, lecturer, and workshop leader. I present part of my trajectory as an educator in the practice of an emancipatory education from the perspective of traditional Yoruba wisdom, which meets the national curriculum guidelines for Education of Ethnic-Racial Relations (ERER). Thus, I start from reflections arising from projects and lectures given from the perspective of ERER, where I used methodologies and strategies such as art education, storytelling, practical experiences of workshops and listening rounds, and studies directed to the training of undergraduate students.”

Keywords: Education for Ethnic-racial Relations, Africanities, Ancestry, Yoruba philosophy, Multiculturalism in education.

Educação e africanidades: pelo direito à história e à memória afrodescendente

Resumo: O artigo apresenta reflexões a partir de pesquisas e disciplinas ministradas nos anos 2005-2022 no âmbito de diversos programas de formação nos quais atuei como professora, palestrante e oficinaira. Apresento parte de minha trajetória de educadora na prática de uma educação emancipadora na perspectiva da sabedoria tradicional Iorubá, que vai ao encontro das diretrizes curriculares nacionais para Educação das Relações Étnico Raciais (ERER). Assim, parto de reflexões oriundas de projetos e palestras ministradas na perspectiva da ERER, onde usei metodologias e estratégias quais a arte-educação, contação de histórias, vivências práticas de oficinas e rodas de escutatórias, e estudos dirigidos para formação de alunos de graduação.

Palavras-chave: ERER, africanidades, ancestralidade, filosofia Iorubá, Multiculturalismo na educação

¹ Universidade Federal do Tocantins/ Universidade Estadual Paulista. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5373-613X>, E-mail: rosinegra@gmail.com

INTRODUÇÃO

Pensadores africanos e afro-descendentes como Marcien Towa, Ben Oguah, Barry Hallen, Ivan Karp, Boubou Hama, Oumar Ba, Joseph Ki- Zerbo (2010), Jan Vansina, Cheik Anta Diop, Adu Boahen, Kabengele Munanga (2015), Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva, Deoscóredes Maximiliano dos Santos (mestre Didi), entre tantos outros, são desconhecidos em nossos cursos, de graduação assim as epistemologias trazidas pelos diversos povos africanos ao nosso continente ainda são pouco consideradas no meio educacional no fazer ciência em si; essa postura permite que conceitos equivocados ainda permeiem a nossa sociedade. E impossibilitem a implementação de uma educação emancipadora. Considerando que os estudos da Educação não podem negligenciar esta importante vertente, este trabalho lança um olhar sobre a contribuição do ideário de Kabengele Munanga para a educação brasileira. Foi o mesmo autor que afirmou que:

A África é o berço da humanidade, isto é, o continente onde surgiram os primeiros ancestrais das mulheres e dos homens que habitam nosso planeta.(...) Conseqüentemente, deve-se, a partir do berço africano da humanidade, apontar as civilizações mais antigas que surgiram desse berço, como a egípcia, acuxita, a axumita e a etíope cristã, e mostrar que essas civilizações eram obras do ser negro, com o objetivo de corrigir as injustiças históricas que rechaçaram-no do circuito da história internacional da humanidade (Munanga, 2009, p. 9).

Dez anos depois, em 2015, refletindo sobre a importância do ensino de história da África e do negro no Brasil, Munanga afirmava:

O Brasil oferece o melhor exemplo de um país que nasceu do encontro das diversidades étnicas e culturais. Povos indígenas, primeiros habitantes da terra que se tornou Brasil; aventureiros e colonizadores portugueses; africanos deportados e aqui escravizados; imigrantes europeus de diversas origens étnicas e culturais e imigrantes asiáticos, todos formam as raízes culturais do Brasil de hoje. Sem dúvida, os sangues se misturaram como continuam a se misturar. Os deuses se tocaram e as cercas das identidades se aproximaram (Munanga, 2015).

Se por um lado, as resistências identitárias dessas matrizes culturais formadoras do Brasil continuam a se manifestar, influenciando a vida cotidiana de todos os brasileiros indistintamente. Por outro lado, os preconceitos culturais, apesar da mestiçagem, não deixaram de existir como ilustrado hoje pela chamada intolerância religiosa e pelos preconceitos raciais que correm solto nos campos de futebol nas revistas aleatórias dos aeroportos que encontram sempre corpos negros para “revistar”. Diante dessa realidade marcada pelo racismo estrutural, resalto que a questão fundamental que se coloca a nossa frente, enquanto educadores, é como ensinar a história desses povos que na historiografia oficial foi preterida, silenciada em nome de um monoculturalismo justificado pelo chamado sincretismo cultural ou mestiçagem, esse pensamento postura deu margens para perpetuação de uma história única (Adichie, 2019) marcada pela história e cultura da Europa.

Seguindo nesta esteira e no intuito de fortalecer essa introdução trago essa afirmação feita pela historiadora Lilia Schwarcz: “Nenhum povo passa impune por ter sido o último país da América a abolir a escravidão Negra” (Schwarcz e Gomes, 2018).

O Brasil foi um dos últimos países a abolir oficialmente a escravidão, em 1888. E o peso que esse fato histórico tem para os dias atuais são visíveis através das estatísticas que comprovam: alto índice de mortes; condições de subempregos ou desemprego, a pouca visibilidade de intelectuais afrodescendentes, as restrições ao acesso a saúde etc. O que posso afirmar perante essa primeira colocação e o que parece obvio para pesquisadores do tema é que vivemos em uma sociedade racista, e ainda classificamos pessoas pela cor da pele textura de cabelo entre outros fenótipos. Isso se deve ao fato de que o colonialismo/ período escravocrata era um sistema vigente que tinha como base econômica a escravização de negros e indígenas, e o mesmo em teoria teve fim em 1888, porém a colonialidade do poder (Quijano, 2005) - enquanto mentalidade - foi e é um pensamento que tem no binarismo seu maior instrumento, o bem e o mau o bom e o ruim o civilizado e o selvagem o humanizado e o animalesco. As coloniedades presente na estrutura e no pensamento social brasileiro são responsáveis pela consolidação das desigualdades sociais/culturais refletidas até a atualidade, essa mentalidade baseada nas relações de poder tem na educação um campo forte para manutenção porém é também através dela que esse sistema pode ser revertido ressignificado, uma educação liberadora dizia Freire (2005) uma educação transgressora, educar como ato de rebeldia parafraseio Bell

Hooks; ‘através dessa educação que sigo semeando ações formativas, cursos de extensão pesquisas que buscam refletir sobre o papel de mulheres negras na educação na políticas nas redes cordões e terreiros, todas essas formas de educar se encontram na esteira do que acredito ser uma educação emancipadora; o principal instrumento para essa aplicabilidade? As afrocentricidades, as indianidades (Santos, 2023), são nos saberes tradicionais africanos e ameríndios que a educação emancipadora se concretiza e é deles que vem minha inspiração sendo eu uma negra educadora fruto de uma educação quilombola.

EDUCAR PARA DIVERSIDADE

Parafraseando Paulo Freire apud Casé Aganthu (2023):

Quando a educação, as vivências e os sonhos não são libertadores, por vezes, o desejo do oprimido é ser o opressor. O dominador não domina o dominado somente pela força...ele incute na alma e no Ará (corpo) do dominado a dominação. Mas sempre existem aqueles que até naturalmente, muitas vezes inconscientemente, carregam em seus corpos (t-eté) e almas (anga) um Ara Masuí Xukui Amó Ara (Mundo Onde Cabem Vários Mundos), incluindo os dos não humanos, de pertencimento à natureza e com igualdade social, respeitando sempre as diferenças².

Início minha reflexão a partir da confluência de pensamentos desses teóricos e educadores que são para mim exemplo e semente da educação que busco implementar nos lugares que atuo; assim o propósito teórico e prático deste tópico é apontar alguns conceitos e possibilidades vivenciadas no âmbito de minhas atividades práticas; por essas possibilidades e reflexões podemos de(s)colonizar conhecimentos a partir dos saberes, memórias, tradições, vivências, identidades, culturas, religiosidades, reminiscências e protagonismos de nossas/nossos anciãs/anciões, familiares, coletivos e de nós mesmos aqui cito a atividades patrimônio afro-brasileiro memória e tradição atividade prática desenvolvida no âmbito da disciplina Oralidades, Tradições e Patrimônios Quilombolas ministrado no curso de Turismo e Patrimônio da UFT (2022/02) .

² Casé Angatu, a partir das Sabedorias Ancestrais, Frantz Fanon, Paulo Freire e dos pensamentos/práticas Decolonialidade em oposição ao wetiko (canibalismo) capitalista.

O propósito de atividades como essa é fortalecer a percepção de presenças diferenciadas das narrativas apresentadas como as únicas possíveis e que são geralmente: lineares, factuais, baseadas nas chamadas “grandes personagens e acontecimentos”. Ou seja, uma história tradicional, positivista e colonial que exclui as camadas populares da população em especial as comunidades quilombolas e indígenas.

Minhas atividades partem sempre do princípio de que todas as pessoas são sujeitas históricas, protagonistas de suas histórias e podem também serem autoras de suas narrativas historiográficas. Ponderando sobre o inquietante questionamento feito por Gayatri Chakravorty Spivak (Pode o Subalterno Falar?) acreditamos que: os “subalternos” em relação ao poder político/econômico não só podem como devem falar, até porque já falam, sonham, escrevem, cantam, dançam, encenam, amam. Ou seja, protagonizam mundos que por vezes se apõem ao próprio mundo apresentado como único possível.

Minha postura enquanto educadora parte da concepção teórica e metodológica e pedagógica que se considera como de(s)colonial ou contracolonial que pode ser aplicada nos fazeres educacionais a exemplo do que propõem alguns dos textos da obra: *Pedagogias decoloniales: práticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*, organizado por Catherine Walsh, também dos textos de Negro Bispo e do termo contracolonial³.

Freire (2005), em sua *Pedagogia do Oprimido*, propõe pensar que a libertação dos que são oprimidos não será obra do acaso, mas das “práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela”.

Assim consideramos que as articulações entre alguns fazeres pedagógicos com as lutas decoloniais, como nos ensina Walsh, brota as *Pedagogias Decoloniales*: transformando-as em “práticas insurgentes que fraturam a modernidade/colonialidade e tornam possível outras maneiras de ser, estar, pensar, saber, sentir, existir e viver-com”. Metodologias que como nos povos tradicionais são constituídos em “contextos de luta, marginalização, resistência e que Adolfo Albán tem chamado ‘re-existência’”.

³ O termo foi cunhado pelo quilombola, poeta e escritor Antonio Bispo dos Santos, autor do livro “Colonização, quilombos: modos e significações”. Para ele, tanto a decolonialidade como a contracolonialidade têm funções importantes e um conceito não anula o outro. Mas se completam enquanto a contracolonialidade fala dos saberes que se mantiveram mesmo no período colonial a decolonialidade se ocupa de mapear compreender e ressignificar a histórica partir de novas perspectivas trazendo a visão dos povos subalternizados.

Consideremos que desde a segunda metade do século XX, a tela das televisões e as pesquisas no que tange a educação vem mostrando uma grande pluralidade de pensamentos e expressões humanas; resultado das lutas coletivas do MNU ANMNB e tantos outros coletivos e graças a isso; fomos descobrindo as características de novas culturas, religiões, costumes alimentares, formas de relacionamento amoroso e novos tipos de grupos familiares. Das grandes cidades do mundo aos lugares mais longínquos nos vem imagens de convivência e por vezes confronto entre etnias diversas sempre pautadas no direito a sua história memória e existência. Assim pensar uma educação centrada apenas no respeito e boa convivência com o semelhante a nós mesmos, ou seja, centrada na “identidade” soa cada vez mais estranha num mundo em que nosso próximo é, muitas vezes, diferente de nós.

Outro ponto a ser considerados são os diversos saberes que nos compõe para que a educação aconteça devemos considerar todas as formas de saberes por isso, acredito que a oralidade e o trabalho com a memória daqueles que não tem suas narrativas consideradas são importantes no sentido de possibilitar a construção de processos próprios de transmissão e produção dos saberes e conhecimentos. Como explica Alessandro Portelli, as pessoas pela oralidade e seu registro “estabelecem suas próprias capacidades de verem, interpretarem, influírem na história”.⁴ Seguindo essa esteira Hambapê Bá(1977) acrescenta:

A escrita é uma coisa, e o saber, outra. A escrita é a fotografia do saber, mas não o saber em si. O saber é uma luz que existe no homem. A herança de tudo aquilo que nossos ancestrais vieram a conhecer e que se encontra latente em tudo o que nos transmitiram, assim como o baobá já existe em potencial em sua semente.

Aqui apontamos o grande pilar da cultura afro-brasileira a oralidade, não podemos falar de afro-brasilidade sem falar de africanidades e quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade ou compreensão a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na

⁴ Esta análise de Alessandro Portelli refere-se aos depoimentos de Frederick Douglass, escravo nascido em Maryland em 1817 que conseguiu fugir com a idade de 20 anos e se envolveu com o movimento contra a escravidão” (Portelli, 1996, p. 59)

memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer são a memória viva do continente africano (Hambapê-Bâ, 1977).

A tradição oral é a base da compreensão para esses saberes” outros” apontados pelos autores acima dentre os quais me incluo, e instrumento para implementação de uma educação para as relações étnico raciais, pois ela fomenta o fio ancestral que liga aos afrodescendentes ao continente mãe.

E por falar em ancestralidade quero refletir sobre dois aspectos o primeiro eu chamo de educação formal e o segundo educação para diversidade. Sobre o primeiro aspecto consideremos que; uma das características que os humanos adquirem pela educação formal e que, portanto os animais não têm é a individualidade, ou seja, a capacidade de pensar e viver de modo diferente

uns dos outros mesmos sendo na educação formal somos quase” moldados” para atender a sociedade a qual fazemos parte que quase sempre é refletida nas escolas. Enquanto cada espécie de animal tem comportamentos muito parecidos, nós seres humanos valorizamos nossa identidade pessoal e de grupo, amamos a liberdade e nos sentimos muito infelizes quando nos impedem de expressar nossos sentimentos e ideias, mas por vezes nos anulamos para nos sentirmos aceitos, esses são valores profundamente humanos.

A educação na diversidade e para diversidade está também preocupada com esses valores, isto é, com a relação respeitosa e solidária entre pessoas, chamando a atenção em especial, para o exercício da convivência com as diferenças não que seja de forma harmoniosa mais como exercício de humanidades e sobretudo de aprendizado. Em outras palavras, educar na diversidade é ensinar e aprender junto com os alunos a conviver com pessoas, destacando e fomentando nossas diferenças físicas, sociais e culturais para que elas sejam vistas como potencialidade, não empecilho. Isso requer um esforço e uma grande vontade de transformar a sociedade e nós mesmos, uma vez que na educação tradicional, o plano ético era centrado no respeito ao próximo, ao semelhante. ao igual, reproduzindo assim a relação colonizador/colonizado reproduzindo a história de pouco e negando a existência e o protagonismos de grupos afrodescendentes e indígenas.

OS DESAFIOS PARA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO MULTICULTURAL/EMANCIPADORA

Dentre os principais desafios considerados pelo movimento negro educador desde seus primórdios apontamos a compreensão do outro e as percepções desse outro criada pelo racismo estrutural fruto da relação colonizador colonizado na qual foi forjada nossa nação brasileira; para refletir sobre isso sigo na esteira de Bâ 1997 ao falar sobre a importância de se considerar a tradição oral como elemento fundamental para compreensão das culturas tradicionais africanas; o autor afirma que , as narrativas expressas na colonização manifestam um discurso de superioridade que impregna o modo de compreensão do outro. Uma afirmação de si em detrimento do outro que contribui para subjugação, pois desumaniza e torna o outro inferior na lógica “justificadora” do poder “civilizador”. O reflexo disso atualmente são as desigualdades socioculturais ainda justificadas pelo discurso/mentalidade do colonizador sobre o colonizado. Esse mecanismo se revela de modo assustador nos muitos discursos de conflito ao longo da história da humanidade, mas se tornam ainda mais perigosos a partir da modernidade, pois adquirem um refinamento de agressividade, crueldade e alcance muito mais potentes, já que uma série de justificadores pseudocientíficos e teológicos foram utilizados para uma argumentação de negação do outro. No âmbito da educação essa negação é perceptível na não implementação das leis 10.639/2003 (20 anos) e na lei 11.645/2008 (15 anos) que conferem obrigatoriedade no ensino de história africana e afro-brasileira e indígenas nos PCNs mais a mesma não as inclui nos cursos de graduação licenciatura, não se pode ensinar o que não se aprende esse é o primeiro entrave da implementação das leis soma-se a isso a mentalidade colonial que cristalizou o negro como sujeito inferior (marginal) e o indígena como incapaz (inocente/puro) essa mentalidade contribuem para continuidade da marginalização de nossa história e a invisibilidade de nosso protagonismo e presença durante os séculos de luta e produção intelectual .Muitos autores da filosofia moderna tiveram papel preponderante nessa construção epistemológica de dominação. Os conhecidos Kant, Hegel, Montesquieu, entre tantos outros foram “exemplares” na descrição racional dos africanos na afirmação de uma humanidade inferior, com isso e sob esse argumento da razão filosófica, a escravização e a colonização do continente africano e das Américas foram tornadas “legítimas” como a síndrome do branco salvador parafraseando Negro Bispo.

Precisamos romper com essa forma de pensamento para dar conta de apresentar o outro, com todas suas complexidades e isso torna-se fundamental para escrita de uma história outra que se aproxime do que são os africanos os ameríndios e seus descendentes, com isso, as maneiras de ser dessas pessoas e, sobretudo os seus pensamentos filosofias cosmogonias das quais tanto bebemos e viemos em terras brasilis. A esse respeito Joseph Ki Zerbo afirma (2010), que para se fazer história da África (pensar, aplicar, referendar) precisamos chegar o mais próximo possível dos seus modos de ser e estar, e para isso a tradição oral não pode ser negligenciada, pois ela identifica o modo de ser africano, que mesmo diverso, apresenta uma certa unidade com muitas semelhanças de sentido, algo que é confirmado por Jan Vansina (2010) ao constatar ao longo de extensas viagens pelo continente africano esse traço em comum entre os seus povos. Esse fio ancestral a oralidade é mola mestra das comunidades tradicionais afro-descentes citadas desde o quilombismo de Abdias, do aquilombar para reexistir nas escolas de Beatriz Nascimento ao movimento negro educador de Nilma Lino Gomes a busca por compreender o negro no Brasil hoje trazida por Kabenguele Munanga e Nilma Lino Gomes (2005) as reflexões sobre contracolonialidade de Negro Bispo.

O livro da doutora Nilma Lino Gomes (2017), “Movimento Negro Educador, é uma obra onde a autora traz sua trajetória enquanto pesquisadora professora mais sobre tudo agente de transformação em todos os espaços que atuou, ela aponta em seu livro a importância do movimento negro das coletividades negras como agente transformador não apenas no ensino mais na implementação de leis e no registro de uma história outra atravessada pelas africanidades; a autora afirma que: O Movimento Negro tem um importante papel educador por produzir saberes emancipatórios e também por sistematizar conhecimentos concernentes à questão racial no Brasil. Nessa tese, já há o questionamento de toda a nossa formação educacional e dos currículos a que fomos submetidos e que a Educação continua, em muitas instituições de ensino, a submeter brasileiros e brasileiras, independentemente do nível de formação.

Para Nilma Gomes, os movimentos sociais são “os produtores e articuladores dos saberes construídos pelos grupos não hegemônicos e contra hegemônicos da nossa sociedade” (p. 16) e, nesse sentido, a autora se propõe a mostrar que o que conhecemos hoje no Brasil, seja sobre a diáspora negra, seja sobre o conhecimento construído por pessoas negras, que fazem parte de importantes questões teóricas nas áreas do

conhecimento das humanidades e das ciências sociais, são devidas à atuação política, pedagógica, educacional e libertadora do Movimento Negro (desde a inclusão do racismo como crime inafiançável na Constituição Federal do Brasil e a alteração da LDB, tornando obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e africana são exemplos).

Para além disso, a autora ainda acrescenta na introdução que é o Movimento Negro o protagonista na implantação de políticas afirmativas de inclusão de negros nos mais variados setores do Brasil. Somos seres movimento somos pelo coletivo pelas coletividades em outras palavras o movimento negro educador nasce como resposta a uma educação que não contemplava nossos saberes, assim como os cordões as irmandades e rebeliões ocorridas no período da escravização legalizada de nossos ancestrais negros criamos estratégias de resistência seja por meio de rebeliões ressignificações religiosas e culturais o na forma de ensinar e registrar nossa existência e protagonismo entre lugares.

Nunca houve uma história única, a esse respeito trago a reflexão de Adiche (2019, p. 32):

As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade despedaçada.

Assim, atividades como as que citei no tópico anterior nascem no intuito de fortalecer outras histórias outros saberes filosofias e cosmogonias não mais importantes. Porém tratadas por tantos séculos como insignificantes. Para mim, são não são saberes outros mais também são meus, costume me apresentar sobe a perspectiva da contracolonialidade sou mulher quilombola de santo e estou intelectual me construo como uma, atravessada pela história a antropologia a arqueologia a ciências da religião e as africanidades bantu e yorubá. Após essa breve reflexão teórica metodológica trago no próximo tópico algumas de minhas tentativas para implementação e fomento da lei 10.636/2003, foco desse artigo sobre a qual abordarei a seguir.

ENTRE O QUILOMBO E A ACADEMIA: DESAFIOS E PERSPECTIVAS NO ÂMBITO DO SER, E DOS SABERES E DA IMPLEMENTAÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO EMANCIPADORA

A existência dos remanescentes de quilombo é atravessada por questões de raça e racismo, e vulnerabilidade social e com isso posso trazer minha história pessoal⁵ que nela perceberão muito dos discursos registrados durante suas pesquisas de campo em quilombos pela América.

Sou oriunda de uma comunidade quilombola, como tal sai da zona rural junto aos meus pais aos cinco anos de idade, fomos expulsos por grileiros; nessa cidade fui a creche e lá descobri que ser negra era sinônimo de exclusão eu tinha uma professora maravilhosa que era de nossa comunidade e minha madrinha, sua presença forte me protegia de muitos ataques mais ela era única para trinta crianças, ali descobri que a escola não me via com bons olhos, mais meu amor pela leitura e o desejo do descobrimento me fez criar estratégias de sobrevivência desde sempre. Em seguida mudamos novamente e não tinha mais creche sofri ainda mais e me ocupava de cuidar de meu irmão menor de dois anos, paralelo a isso ajudava mamãe com os afazeres da casa.

Depois, me tornei empregada doméstica aos nove anos, assim desde cedo soube o peso de ser mulher negra e pobre, poderia ter optado por escrever sobre as questões que envolvem o trabalho doméstico infantil no Brasil/Goiás, e o quanto o mesmo ainda reproduz boa parte do

⁵ Eu sou a Dra. Rosinalda Olasení Corrêa da Silva Simoni, quilombola do Quilombo Água Limpa que fica no estado de Goiás, aproximadamente 60km da antiga capital e como tal sou fruto sou fruto da resistência quilombista⁵ dentro das Universidades de meu estado/país, a palavra quilombista nesse contexto faz alusão a busca por exercer o direito de ser dentro das universidades como exercício de liberdade e busca por reparação que a palavra representa. Sou Omó Ifã filha da família Oduduwa com templo em Monguunguá SP, e Omó Sangó filha do Egbé Omoduwa Opó Odé Arolé Osungbemí na cidade de Goiás. Feminista, ativista de direitos humanos e de mulheres negras. Graduada em história, especialista em Gestão do Patrimônio Cultural, mestra em gestão do patrimônio cultural com área de concentração em arqueologia, doutora em ciências da religião, PHD em história atualmente curso meu segundo doutorado em História pela UNESP, estou Professora da UFT/Campus Arraias do curso de patrimônio e turismo onde atuo com disciplina patrimônio afro-brasileira, história Memória e culturas quilombola. Para conhecer mais, ler: Simoni (2020, 2021, 2023) e Marinho e Simoni (2021), Simoni e Souza (2023).

sistema colonialista, no que tange à desumanização de crianças negras, que por vezes são transformadas em "escravizadas" modernas, mais esse não é o foco desse dossiê nem desse ensaio porém não posso falar sobre a importância da lei 10639/2003 de minha estratégias para implementá-la sem antes refletir sobre racismo e os desafios para compreensão de uma educação. Emancipadora pautada na transdisciplinaridade⁶ só assim as escolas cumpriram seu papel de instrumento nas lutas de combate a todas as formas de desigualdade.

Assim, posso dizer que essa consciência histórica veio ao adentrar a universidade história onde conheci um grupo que atuava como arte educadores (Espaço Cultural Vila Esperança) que tinham como fonte de inspiração as culturas indígenas e africana; me aquilombei a eles e ainda me tornei ativistas do C.A centro acadêmico de história, no grupo de pesquisadores negros e MNU, levando as pautas do racismo nas instâncias da universidade. Universidade que, por meio de alguns professores, deixou claro com ações e palavras que aquele não era um espaço para uma mulher negra trabalhadora doméstica e mãe divorciada.

Meu trabalho inicialmente esteve pautado na minha existência e no sustento de minha casa e filha, por acreditar na coletividade sempre busquei estar em movimento, atuando como palestrante sobre direitos humanos ética e cidadania mais sempre com recorte de gênero, raça e classe. Minha dissertação teve como tema "O terreiro de Umbanda como espaço de autoafirmação". A pesquisa, nasceu de minhas memórias familiares a qual estendi a um terreiro de Umbanda que comecei a frequentar a priori como pesquisadora e protestante depois como adepta/médium o Terreiro Casa Grande é minha casa desde 2001.

Durante minha pós-graduação me apaixonei pela história cultural e antropologia, desenvolvi um projeto de arte educação tendo como método a Educação Patrimonial com crianças de uma escola primária de periferia, Asas da Liberdade, e da Escola Quilombinho (mais uma vez me

⁶ O termo transdisciplinaridade pode ser compreendido como algo a mais do que disciplinas que conversam entre si através de um conhecimento comum, é uma forma de pensar os conteúdos dando-lhes complementarmente uma unidade, um elemento integrador (RODRIGUES, 2016).

aquilombeí desta vez em um quilombo Urbano) entre 2005 e 2006. Durante esse projeto, tendo como base as leis 9.394/96⁷ e a lei 10.639/2003⁸, apresentei às crianças o Patrimônio edificado de nossa cidade (Goiás é Patrimônio da Humanidade desde 2001) por sua arquitetura colonial, dentre outras formas de ser saberes e festejos. E os levei a visitar e conhecer a história dos grupos marginalizados (negros e indígenas) através de visitas monitoradas a museus e memoriais, e contando histórias.

Fiz uma pesquisa documental e historiográfica e através dela construí planos de aula lúdicos que eram compostos por teorias (contando mitos afro e indígenas) e prática com oficinas de pintura, tear, dança teatro. Ao final de minha pós-graduação escrevi um artigo sobre formação de professores nas Universidades estaduais e a falta da implementação da Lei 10.639/2003 nos cursos de licenciatura e os reflexos disso nas salas de aula. Meu texto foi bastante criticado, abordei questões sobre racismo estrutural dentre outros apontamentos que para alguns não cabiam no meu trabalho.

Durante meu mestrado, já residindo na capital do estado de Goiás, Goiânia, e atuei como professora de ensino fundamental de um projeto educacional chamado Arte Educação onde através da contação de histórias introduzi mitos africanos e escritoras negras. Fui adaptando o projeto de acordo com o desejo das crianças ao final criamos juntos o projeto “Eu conto vocês contam” pela secretária estadual de educação, porém o maior empecilho desse projeto foi a coordenação geral que me proibiu de contar contos africanos e afro-diaspóricos; o argumento era; aqui não se “pode levantar bandeiras” entre linhas só as brancas isso aconteceu em 2006.

⁷ LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996: Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - O Presidente da República; Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: “TÍTULO I: DA EDUCAÇÃO - Art. 1º. A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. §1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições culturais. §2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

⁸ O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei: Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B: “Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

Nesse mesmo ano, fui aceita no programa *stricto sensu* de pós graduação em Gestão do Patrimônio Cultural com área de concentração em arqueologia, o programa da Pontifícia Universidade Católica de Goiás era profissionalizante ligado ao Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia (IGPA) e possuía duas áreas de concentração Antropologia e Arqueologia, fui aceita com bolsa parcial, e convidada a compor a equipe de pesquisadores da Fundação Aroeira (fundação de pesquisa ligada a PUC-Goiás) onde atuei como responsável pelos programas de educação patrimonial e Levantamento histórico cultural em projetos de arqueologia de contrato. (2007 a 2017).

Ao longo das disciplinas, me apaixonei pela Arqueologia, mas nunca me vi apenas como arqueóloga. Me sinto atravessada pela Filosofia, pela História, pela Arqueologia e pela Antropologia, bebo dessas fontes, e em minhas escrituras (cito Conceição Evaristo⁹), é possível perceber o mundo a qual pertence e as epistemologias que ele traz. Durante o mestrado atuei também como arqueóloga de campo. Assim ao terminar as disciplinas as pesquisas de campo se tornaram trabalho fonte de renda. Me dediquei por um tempo apenas a arqueologia de campo durante esse período me deparei com diversas situações de racismo, entre colegas de trabalho e com professores.

O mundo da arqueologia brasileira é bastante elitista, branco e masculino isso se estende a toda academia; minha formação transdisciplinar me permitiu conhecer e utilizar de diversas metodologias durante esses anos de atuação como educadora.

Não acredito em pesquisas sem militância, sem devolutiva, isso porque sou de um grupo que foi e é marginalizado pela história oficial. Então em minha atuação profissional sempre me coloquei no papel de

⁹ Conceição Evaristo cunhou um termo para sua literatura, comprometida com a condição de mulher negra em uma sociedade marcada pelo preconceito: escrituras. O termo aponta para uma dupla dimensão: é a vida que se escreve na vivência de cada pessoa, assim como cada um escreve o mundo que enfrenta. Seus textos trazem a experiência de opressão e marginalidade, com forte valorização da memória ancestral. A autora publicou seus primeiros textos literários na série *Cadernos negros*, e seu primeiro romance, *Ponciá Vicêncio*, foi publicado, pela primeira vez, em 2003.

interlocutoras. Falando dos programas que desenvolvi no âmbito da arqueologia de contrato cito um dos primeiros de Educação Patrimonial onde introduzi a arte educação como instrumento para aplicabilidade de uma educação patrimonial participativa onde ao findar de cada ação uma rede de autoconhecimento e de busca por conhecimento fosse implementada; isso por acreditar que a educação é um processo contínuo e que os principais guardiões do patrimônio cultural são as comunidades a quem eles pertencem. Assim levei aos congressos de história e arqueologia e educação a necessidade de trabalhar teoria e prática no intuito de despertar o sentimento de pertença nas pessoas impactadas pelos projetos, mais sobretudo no desejo de que elas se sentissem acolhidas nas escolas e universidades.

Enquanto quilombola acredito que o ouvir é tão importante quanto falar em alguns casos mais importante, me preocupo em ouvir meus alunos e quando possível instruí-las de seus direitos história e a memória. Assim costumo dizer que sou uma mulher/quilombola /negra/intelectual e estou sempre na encruzilhada (parafrazeando uma feminista negra que amo Dra. Nubia Moreira do Observatório de mulheres negras) em uma encruzilhada de quatro pontas (local de cruzamento de ruas): em uma ponta tenho minha origem quilombola, na outra enquanto arqueóloga atuo em projetos e ali estou pelo empreendedor e no outro as comunidades e por fim as epistemologias que me compõem.

Concluí meu primeiro doutorado em 2017 no Programa de pós graduação em Ciências da religião, da PUC-Goiás, fui bolsista e durante o doutorado atuei em um projeto de combate a intolerância religiosa nas escolas,¹⁰ auxiliei na escrita de livros sobre o tema racismo na educação, na minha pesquisa de doutorado mais uma vez bebi de metodologias da arqueologia da história e da antropologia, fiz uma pesquisa etnográfica da congada da Vila João Vaz, um grupo tradicional afrodescendente devotos

¹⁰ Desde que fui demitida de uma escola em 2004 por trabalhar filosofia africana e religiosidades afro-brasileira em uma escola comeci a palestrar sobre direitos humanos e intolerância religiosa, assim desde então me filiei a alguns grupos de mulheres negras e de terreiros, além de atuar entre 2010 e 2012 em uma Secretária de Estado assessorando projetos de combate a violência contra as mulheres e a Lei Maria da Penha. SEMIRA-Secretaria de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial.

dos santos pretos, como são Benedito e Nossa Senhora do Rosário. “A congada da Vila João Vaz em Goiânia: Memória e tradição”. Coordenei durante os anos de 2014 e 2017 o Programa de Educação Patrimonial e Levantamento histórico-cultural no Âmbito do projeto em volta da construção da Ferrovia de Integração Oeste Leste Ilhéus BA a Figueirópolis TO.

Com esse projeto, tive a oportunidade de mapear aproximadas oitenta e oito comunidades quilombolas, foi um trabalho muito complexo pelos impactos do empreendimento, porém muito gratificante pelo aprendizado que me proporcionou. Atuo sempre no intuito de dar visibilidades as micro histórias que envolvem os diversos grupos étnicos africanos trazidos ao Brasil durante o período escravocrata. O principal empecilho é a documentação esparsa; porém tenho desenvolvido estratégias para escavar essas histórias e seus protagonistas, minhas escritas partem não apenas de minhas pesquisas (de campo e bibliográficas, mas das minhas escritas minha trajetória; enquanto mulher negra quilombola adepta de religião de matriz africana e intelectual. Ser intelectual negro no Brasil é difícil porque agrega duas categorias que incomodam as estruturas ser intelectual e ser negro (cito Milton Santos¹¹) eu agrego a essa citação o elemento/conceito de gênero outro desafio a ser enfrentado, dentro de uma sociedade machista.

Porém, o que significa uma fala “tão pessoal” dentro de um artigo que deve discutir africanidades e a implementação da lei 10639/2003? Onde minhas escritas se encontram com as africanidades onde minhas pesquisas se encontram com minhas tentativas de implementação da lei?

Início mais essa reflexão buscando responder onde estamos na luta contra o racismo estrutural presente também em nosso cotidiano escolar?

¹¹ “Eu creio que é difícil ser negro e é difícil ser intelectual no Brasil. Essas duas coisas, juntas, dão o que dão, não é? É difícil ser negro porque, fora das situações de evidência, o cotidiano é muito pesado para os negros. É difícil ser intelectual porque não faz parte da cultura nacional ouvir tranquilamente uma palavra crítica”. fonte documentário “Globalização Milton Santos – O mundo global visto do lado de cá”, 1997.

Onde estamos nesse processo depois de vinte anos de lei? Na minha concepção estamos na luta por equidade, pelo reconhecimento do racismo estrutural como principal entrave para nossa conquista do direito de existir enquanto seres humanos (falo do meu lugar) iguais nas nossas diferenças. Trago para roda a feminista intelectual Angela Davis com essa citação, já pensando estratégias para superação do racismo estrutural e seus reflexos em nossas vidas/ escolas:

Quando falamos da história do povo negro, sempre nos lembramos da violência inenarrável da escravidão, mas não devemos esquecer da que na luta pela sobrevivência e pela superação da violência sempre estiveram presentes a criação de alegria, beleza e prazer (Davis, 2016).

Consideremos dois pontos iniciais para essa reflexão “final”, a partir da afirmação da autora, a primeira e que os livros didáticos cristalizaram a história do negro “submisso” desprovido de humanidades pelo sistema escravocrata, e quando os povos negros são registrados no continente o que se lê são conceitos errôneos ou distorcidos pela não compreensão das diversas epistemologias que os compõem, pesquisas recentes sobre a tradição Viva / Oralidade¹² registrada como conceito por Amadou Hambapê-Ba (2010) tem apontado que a chave para compreensão das filosofias dos povos negros africanos transplantadas para o Brasil é a Oralidade enquanto sistema filosófico. Assim, história oral; tradição viva nas comunidades quilombolas e indígenas são e devem ser consideradas como principal instrumento para compressão e implementação das leis 10639/2003 e 11645/2008.

Assim, quais as estratégias? A educação é o caminho, porém, devemos considerar que a educação antirracista vai muito além de aplicar

¹² Tradição Oral ou conhecimento oral é a cultura material e tradição transmitida oralmente de uma geração para outra. As mensagens ou testemunhos são verbalmente transmitidas em discurso ou canção e podem tomar a forma, por exemplo, de contos, provérbios, baladas, canções ou cânticos. Desta forma, é possível que uma sociedade possa transmitir a história oral, literatura oral, a lei oral, e outros saberes entre as gerações, sem um sistema de escrita (UNESCO, História Geral da África 2010).

a leis citadas acima, que inclui no currículo oficial da educação básica a obrigatoriedade da temática história e cultura afro-brasileira e indígena. A lei é muito importante, mas é preciso reconhecer que o racismo estrutural existe, e no ambiente escolar não é diferente. Esse ano completamos vinte anos da lei 10639/2003 e eu completei dezoito anos de atuação na educação entre lugares não apenas em sala de aula e o que posso trazer além de parte de minha atuação profissional descrita nesse texto é que comungo dos pensamentos de Hambapê-Ba e desde minha primeira tentativa em trazer os temas relacionados a africanidades para escola vi na oralidade meu principal instrumento e entrave, quando falamos de racismo estrutural falamos da negação de saberes outros e isso inclui a fala, assim as desigualdades que caracterizam toda trajetória negra no país perpassam pela fala do pretugues de Lélia Gonzales:

Aquilo que chamo de 'pretuguês' e que nada mais é do que marca de africanização do português falado no Brasil [...], é facilmente constatável sobretudo no espanhol da região caribenha. O caráter tonal e rítmico das línguas africanas trazidas para o Novo Mundo, além da ausência de certas consoantes (como o l ou o r, por exemplo), apontam para um aspecto pouco explorado da influência negra na formação histórico-cultural do continente como um todo (e isto sem falar nos dialetos 'crioulos' do Caribe).

E a autora continua sua reflexão, sobre o que ela chama também de português africanizado:

É engraçado como eles [sociedade branca elitista] gozam a gente quando a gente diz que é Framengo. Chamam a gente de ignorante dizendo que a gente fala errado. E de repente ignoram que a presença desse r no lugar do l nada mais é do que a marca lingüística de um idioma africano, no qual o l inexistente. Afinal quem é o ignorante? Ao mesmo tempo acham o maior barato a fala dita brasileira que corta os erros dos infinitivos verbais, que condensa você em cê, o está em

tá e por aí afora. Não sacam que tão falando pretuguês (Gonzales, 1988).

Uma educação antirracista/ emancipadora perpassa pelo reconhecimento de tudo que foi apontado nas linhas anteriores; a partir disto e com isto a escola se tornaria espaço de debates construtivos sobre o que realmente foi negado pela escrita da história brasileira até o momento. Reconheço partir de minha atuação que as filosofias africanas ancoradas na tradição oral são os principais instrumentos para implementação da educação que almejamos assim partindo da premissa do Pretuguês de Gonzales aponto para uma linguagem similar mais não igual o Quilombéis falado nas comunidades quilombolas rurais; O quilombéis¹³ enquanto categoria conceitual se ancora no Pretuguês de Gonzáles por agregar muitas palavras de etnias do tronco Bantu e Iorubá por ignorar a existência de algumas consoantes e trocar os L por r, mais diverge do Pretugues em duas instâncias a primeira; nem sempre é compreendido por pessoas mesmo negras que vivem em áreas urbanas e o segundo é uma língua que além de tonal é carregada de metáforas assim uma frase pode ter e tem vários significados, depende do tom de voz com a qual ela é proferida e o contexto. Outras particularidades do Quilombéis assim como a língua Yorubá perpassa a fala é uma língua gestual. Assim me vejo refletindo o que acarreta para uma intelectual quilombola negra, continuar falando Quilombeis na academia depois de estar em seu segundo doutorado e seu segundo pós-doutorado?

Sabemos que a academia é elitista é o espaço das formas e enquadramentos conceituais, porém esses enquadramentos são frutos da mentalidade colonial sob a qual o nosso país/educação nasceu e seguiu em algumas instâncias perpetuando, assim quando adentro a academia quando me a quilombo nela tenho a opção de me enquadrar ou ser eu mesma, se academia é quadrada e os saberes ancestrais são redondos

¹³ Durante meu primeiro pós-doutorado pesquisei sobre a presença Yorubá em Goiás do século XVIII/XIX nas Irmandades negras (2018-2022) paralelo a isso iniciei um curso de filosofia e língua Yorubá para compreender a documentos e livros escritos por africanos, assim me deparei com o universo dos falantes Yorubá a riqueza das filosofias expressas nela. E me dei conta do fio ancestral que liga o Quilombeis desse contexto e filosofia. Resultado dessa pesquisa capítulo no livro Os afro-brasileiros em Goiás, lançamento Janeiro 2024. E Podcast Histórias em Mosaico PPGH-PUC-Goiás. Dez 2023.

devemos arredondar a academia para que ela caiba todos os saberes”(Parafraçando Casê Agantu Santos (2023) Esse é meu papel estudei e estudo para levar para academia a minha língua, a língua que falo no meu quilombo o Quilombéis e se para isso eu precisar arredondar a academia para que ela caiba nossas epistemologias é o que farei estou fazendo.

Em suma penso na educação antirracista nesse contexto como uma medida reparatória a histórias de todos que vieram antes de mim, um reconhecimento necessário e urgente. Assim como afirma Nascimento (1989) sobre aquilombar a escritora; diz: Se “cada cabeça é um quilombo”, como anuncia Nascimento (1989), aquilombar-se é o movimento de buscar o quilombo, formar o quilombo, tornar-se quilombo. Ou seja, aquilombar-se é o ato de assumir uma posição de resistência contra-hegemonica a partir de um corpo político (Souto, 2020). Sejamos um quilombo onde quer que estivermos.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

BRASIL. Secretária de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **História Geral da África**. 2018. Brasília, DF, 2018. Disponível em: <http://etnicoracial.mec.gov.br/publicacoes/item/14-historia-geral-da-africa>. Acesso em: 15 set 2023

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, A. M. A. (org). **Pedagogia da Tolerância**. 1.ed. Rio de Janeiro: Editoria Paz e Terra, 2004.

GOMES, N. L. **O Movimento Negro Educador: Saberes Construídos nas Lutas por Emancipação**.1. ed. Petrópolis: Vozes, 2017. 160p.

GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade.** Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 92/93, p. 69-82, jan./jun. 1988.

HAMPATÉ BÂ. As características da cultura tradicional africana, suas múltiplas facetas, a oralidade, mitologia, religiosidade e formas de expressão. In: OLA BALOGUN et al. Introdução à Cultura Africana. Lisboa: Edições 70, 1977.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **Amkoullel**, o menino fula. São Paulo: Palas/Casa das Áfricas, 2003.

HAMPATÉ BÂ, Amadou. **Tradição viva.** In: História geral da África I. ZERBO, J.K (org.). Brasília: MEC/Unesco, 2010.

HOOKS, bell. **Erguer a voz:** pensar como feminista, pensar como negra. São Paulo: Editora Elefante, 2019. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

JUNIOR, Antonio Filogênio. **Educação e Oralidade no Oeste Africano pela representação de Amadou Hampaté Bâ.** Dissertação de Mestrado. Programa de Pós- Graduação em Educação - Unimep. Piracicaba, 2014.

KI-ZERBO, Joseph. **Introdução Geral.** In: História Geral da África.V.1. Brasília: UNESCO, 2010.

MARINHO, Thais. SIMONI, Rosinalda Corrêa da Silva. Decolonialidade e Mulheres Negras em Goiás do afrocatolicismo aos feminismos de terreiros. **Numen - revista de estudos e pesquisa da religião**, v. 24 n. 1, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/numen/article/view/32146>

MUNANGA, Kabenguele. Por que Ensinar a História da África e do Negro no Brasil de Hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 62, p. 20 - 31, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Origens africanas do Brasil contemporâneo:** histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os Fatos - narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes. **Revista Tempo**, vol 1., n.º2, 1996.. QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In:

LANDER, E. (Org). **A colonialidade do saber: Eurocentrismo e ciências sociais.** Buenos Aires: Perspectivas latino-americanas, 2005. p. 227-278

RODRIGUES, Eduardo Peters; Os efeitos da transdisciplinaridade na educação: Diálogos entre literatura e matemática, Anais da **Reunião Cientista Regional da ANPE**, Paraná 2016.

SANTOS, Antonio Bispo: **Colonização, Quilombos: modos e significações** Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia de Inclusão no Ensino Superior e na Pesquisa - INCTI. Universidade de Brasília - UnB 2015

SANTOS, Carlos José Ferreira. **Diálogos: Quando escutamos nossos saberes e memórias ancestrais construímos conhecimentos históricos e contra coloniais: Contribuições para a Percepção das Histórias, Culturas, Memórias, Identidades e Protagonismos de Diferentes Pessoas;** Curso Extensão Espaço Cultural Vila Esperança outubro 2023.

SCHWARCZ, Lilia, & GOMES, Flavio Santos (org.). **Dicionário da Escravidão e Emancipação” marca 130 anos da libertação dos escravos no Brasil.** Editora Companhia das Letras, São Paulo 2018.

SIMONI, Rosinalda Correa da Silva. Educação, diversidade e respeito à identidade cultural. **ODEERE**, v. 6, n. 01, jan./jun., p. 163-182, 2021. <https://doi.org/10.22481/odeere.v6i01.8522>.

SIMONI, R. C. S. MARINHO, T. A O Matriarcado negro nos "terreiros": da cosmovisão do feminino ao feminismo de terreiro. **Revista Faculdades EST**, 2020.

SIMONI, Rosinalda Correa da Silva. História, usos, crenças e valores místicos do café dentro das tradições afro-diaspóricas. **Umbanda Revista Caminhos PUC-Goiás**, Goiânia, v. 21, n. 1, p. 46-58, jan./abr. 2023.

SIMONI, Rosinalda Correa da Silva; SOUZA, Robson Max O. Não é sobre elas, é sobre nós: Eugênia Anna dos Santos (OBÁ BIYÍ) e o matriarcado ancestral negro africano. **MOSAICO (GOIÂNIA)**, v. 16, p. 43-56, 2023.



SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o Subalterno Falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VANSINA, Jan. A tradição oral e sua metodologia. In: ZERBO, J.K (org). **História geral da África I.** Brasília: MEC / Unesco, 2010.

WALSH, Catherine. **Pedagogías decoloniales:** prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.

Recebido em 27/11/2023

Aprovado em 05/01/2022